

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de mobiliário escolar padrão Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino, conforme especificações técnicas, códigos FNDE, quantitativos e valores estimados constantes neste Termo de Referência.

A contratação será realizada por meio de **Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	CATMAT	COD FNDE	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT	TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES
1.	629770	AMB	Armário baixo com duas portas, dotado de duas prateleiras em MDP ou MDF, revestido com laminado melamínico de baixa pressão, cor cinza com bordas e componentes nas cores amarela, laranja, azul ou verde. Largura: 810 mm; Profundidade: 500 mm; Altura: 740 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura. Portas: Largura: 400 mm; Profundidade: 630 mm; Espessura: 18 mm; Prateleiras: Largura: 768 mm; Profundidade: 455 mm; Espessura: 18 mm;	UN	30	R\$ 717,34	R\$ 21.520,20	R\$ 5,00

2.	633709	AM4	<p>Armário de aço alto, dividido verticalmente em dois compartimentos por meio de divisórias com portas independentes, dotado de quatro prateleiras removíveis e ajustáveis em cada compartimento. Largura: 900 mm +/- 10 mm; Profundidade: 400 mm +/- 10 mm; Altura: 1980 mm +/- 10 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: Corpo, divisórias e portas em chapa de aço laminado a frio - chapa 22 (0,75 mm). Prateleiras e reforço das portas em chapa de aço laminado a frio - chapa 20 (0,90 mm). Base em chapa de aço laminado a frio - chapa 18 (1,25 mm). Barras de travamento das portas Ø = 1/4" (mínimo). 28 Dobradiças internas não visíveis na parte exterior do móvel em chapa de aço laminado a frio - chapa 14 (1,9 mm) com no mínimo 75 mm de altura - três unidades por porta. Maçaneta e canopla inteiramente metálicas, com travamento sistema cremona. Fechadura de tambor cilíndrico embutida na maçaneta com no mínimo de 4 pinos. Chaves em duplicata presas às maçanetas correspondentes. Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado. Pintura em tinta em pó híbrida epóxi/ poliéster, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</p>	UN	50	R\$ 746,13	R\$ 37.306,50	R\$ 5,00
3.	632321	AM1	<p>Armário roupeiro de aço com dezesseis portas com venezianas para ventilação, compartimentos de tamanhos médios independentes sem divisórias internas, fechamento das portas independentes através de pitão para cadeado DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS Largura: 1230 mm +/- 30 mm; Profundidade: 400 mm +/- 30 mm; Altura: 1980 mm +/- 30 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: Corpo, divisórias e portas em chapa 22 (0,75mm); Piso dos compartimentos em chapa 20 (0,90mm); Pés em chapa 16 (1,50mm); Dobradiças em chapa internas não visíveis na parte exterior do móvel no mínimo 75mm de altura 14 (1,9mm), duas unidades por porta. Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado. Pintura em tinta em pó híbrida epóxi/ poliéster, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</p>	UN	15	R\$ 1.118,08	R\$ 16.771,20	R\$ 10,00

4.	629257	AQ1	Arquivo deslizante em aço com quatro gavetas montadas sobre trilhos telescópicos que permitam abertura total. Altura: 1330 mm +/- 10 mm; Largura: 470 mm +/- 10 mm; Profundidade: 710 mm +/- 10 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros. CARACTERÍSTICAS: Corpo e estrutura interna em aço chapa 22 (espessura 0,75mm) na cor cinza; Gavetas em chapa 24 (0,60mm); Trilhos telescópicos e guias zincados em chapa 18 (1,20mm) ou superior; Haste de travamento de gavetas em chapa 16 (1,50mm); Fechamento inferior (junto ao piso) em chapa 24 (0,60mm). Puxadores em zamac no acabamento steel de 96mm. Fechadura de tambor cilíndrico (mínimo 4 pinos) com sistema de travamento simultâneo das gavetas. Chaves em duplicata. 26 Compressores para pastas em todas as gavetas. Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado ou niquelado. Gavetas dotadas de trilhos telescópicos compostos por guias lineares com rolamentos de esferas de aço, com capacidade de carga vertical mínima de 45kg e mecanismo contra escape. Sapatas niveladoras em metal cromado com base de polipropileno injetado. Pintura em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.	UN	40	R\$ 985,28	R\$ 39.411,20	R\$ 5,00
5.	633758	BÇ1	Berço infantil em MDF com grades na cor branca, não dobrável, com rodízios. Comprimento: 1200 mm +/- 10 mm; Largura: 670 mm +/- 10 mm; Altura das cabeceiras considerando a estrutura tubular: 900 mm (+ou- 10 mm) sem considerar o rodízio.	UN	30	R\$ 852,98	R\$ 25.589,40	R\$5,00
6.	636108	C1	Cadeira alta de alimentação infantil dobrável, com bandeja removível. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS Altura: 1050 mm +/- 50 mm; Largura: 560 mm +/- 50 mm; Profundidade: 680 mm +/- 50 mm; Proteção lateral: mínimo de 140 mm, medidos do topo da proteção lateral à superfície do assento; Altura do encosto: mínima de 250 mm, medidos na posição vertical; Ângulo do encosto: mínimo 60º em relação à horizontal (se menor o comprimento mínimo do encosto deve ser de 400 mm); Borda frontal do assento: raio mínimo de 5 mm.	UN	40	R\$ 373,82	R\$ 14.952,80	R\$ 5,00
7.	629794	C7	Cadeira fixa estofada, sem braços, montada sobre armação tubular de aço com quatro pés. Largura do assento: 500 mm +/- 50 mm; Profundidade do assento: 460 mm +/- 10 mm; Altura do assento: 430 mm +/- 10 mm; Largura do encosto: 400 mm +/- 10 mm (medida no ponto mais saliente do apoio lombar); Extensão vertical do encosto: 350 mm +/- 10 mm; Espessura da espuma do assento: mínima de 40 mm; Espessura da espuma do encosto: mínima de 30 mm. Tolerâncias dimensionais para tubos conforme ABNT NBR 6591. Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.	UN	30	R\$ 225,76	R\$ 6.772,80	R\$ 1,00
8.	634094	C6	Cadeira giratória estofada com braços e rodízios, dotada de mecanismo amortecedor e regulador do assento e do encosto.	UN	30	R\$ 401,88	R\$ 12.056,40	R\$ 5,00

9.	630233	C8	Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço, para uso adulto. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: Largura do assento: 480 mm +/- 30 mm; Profundidade do assento: 430 mm +/- 30 mm; Altura do assento: 440 mm +/- 10 mm; Largura do encosto: 430 mm +/- 30 mm; Extensão vertical do encosto: 250 mm +/- 30 mm.	UN	200	R\$ 153,14	R\$ 30.628,00	R\$ 5,00
10.	627668	CO1	Colchão infantil em espuma flexível de poliuretano. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS Altura: 120 mm - 5 mm +15 mm; Largura e comprimento: devem ser tais que o espaço entre o colchão e as laterais, e, entre o colchão e as cabeceiras, não exceda a 30 mm. CARACTERÍSTICAS Espuma de poliuretano flexível com densidade D18, integral (tipo “simples”), revestido em uma das faces e nas laterais em tecido Jacquard, costurado em matelassê (acolchoado), com fechamento perimetral tipo viés, e com acabamento da outra face do colchão plastificado. Tratamento antialérgico e antiácaro nos tecidos.	UN	1000	R\$ 126,24	R\$ 126.240,00	R\$1,00
11.	629890	CO2	Colchonete de espuma flexível de poliuretano. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS Comprimento: 1000 mm +/-5 mm; Largura: 600 mm +/-5 mm; Altura: 40 mm +/-10 mm. CARACTERÍSTICAS Espuma de poliuretano flexível com densidade D20, integral (sem colagem horizontal), revestido em material têxtil plastificado (corino), atóxico, na cor azul real, impermeável, com costura simples e acabamento em cadaço impermeável.	UND	500	R\$ 103,92	R\$ 51.960,00	R\$ 1,00
12.	617862	CJA – 06	Conjunto aluno padrão fde/fnde. Altura do aluno 1,59m a 1,88m. São compostos de: 1 (uma) mesa com tampo em mdp ou mdf, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado e 1 (uma) cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço. Continuação das especificações no subitem 3.2.1 abaixo.	UN	130	R\$ 521,11	R\$ 67.744,30	R\$ 5,00
13.	620416	CJR-01	Conjunto para crianças com altura compreendida entre 0,93 e 1,16m, composto de uma mesa e quatro cadeiras. Mesa coletiva com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado., montado sobre estrutura tubular de aço. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA Largura: 1100 mm; Profundidade: 680 mm; Altura: 460 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura.	UN	35	R\$ 972,39	R\$ 34.033,65	R\$ 5,00

MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.

Contato: (41) 3472-8624

14.	634517	CJA-01	Conjunto para crianças com altura compreendida entre 0,93 e 1,16m, composto de uma mesa e uma cadeira. Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado., montado sobre estrutura tubular de aço Largura: 600 mm; Profundidade: 450 mm; Altura: 460 mm; Espessura: 19,4 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 6 mm para altura. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA CADEIRA Largura do assento: 340 mm; Profundidade do assento: 260 mm; Espessura do assento: 7,2 mm a 9,1mm; Largura do encosto: 350 mm;	UN	150	R\$ 616,52	R\$ 92.478,00	R\$ 5,00
15.	620417	CJR-03	Conjunto para crianças com altura compreendida entre 1,19 e 1,42m, composto de uma mesa e quatro cadeiras. Mesa coletiva com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montado sobre estrutura tubular de aço. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA Largura: 1230 mm; Profundidade: 760 mm; Altura: 590 mm; Espessura: 25,8 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura.	UN	40	R\$594,92	R\$ 23.796,80	R\$ 5,00
16.	633005	CJA 03	Conjunto para crianças com altura compreendida entre 1,19 e 1,42m, composto de uma mesa e uma cadeira. Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montado sobre estrutura tubular de aço. Largura: 600 mm; Profundidade: 450 mm; Altura: 594 mm; Espessura: 19,4 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 6 mm para altura. Largura do assento: 400 mm; Profundidade do assento: 310 mm; Espessura do assento: 9,7 mm a 12mm; Largura do encosto: 396 mm; Altura do encosto: 198 mm; Espessura do encosto: 9,6 mm a 12,1 mm; Altura do assento ao chão: 350 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão.	UN	50	R\$ 503,25	R\$ 25.162,50	R\$ 5,00

17.	603101	CJP-01	Conjunto para professor composto de uma mesa e uma cadeira. Mesa com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento, painel frontal em MDP ou MDF, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço. Largura: 1200 mm; - Profundidade: 650 mm; Altura: 760 mm; Espessura: 19,4 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura. Largura do assento: 400 mm; Profundidade do assento: 430 mm; Largura do encosto: 396 mm; Altura do encosto: 198 mm; Espessura do encosto: 9,6 mm a 12,1 mm; Altura do assento ao chão: 460 mm; Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão.	UN	25	R\$ 616,03	R\$ 15.400,75	R\$ 5,00
18.	90062	MA-01	Mesa acessível para pessoa em cadeira de rodas – padrão fde/fnde. A mesa acessível para pessoa em cadeira de rodas obedece a seguinte classificação: mesa para pessoa em cadeira de rodas (ma-01), com tampo em mdp ou mdf, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento. Estrutura tubular de aço.	UN	20	R\$ 500,68	R\$ 10.013,60	R\$ 5,00
19.	90011	M7	Mesa de reunião com tampo retangular ou oval em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre dois pés. Tampo retangular: 2000 x 950 mm +/- 50 mm; Altura: 750 mm +/- 5 mm; Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730 mm; Espessura do tampo: 25 mm +/- 0,6 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.	UN	15	R\$ 991,12	R\$ 14.866,80	R\$ 5,00
20.	468919	M6	Mesa de trabalho com tampo retangular em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre suporte metálico com dois pés. Tampo retangular: 1200 x 600 mm +/- 10 mm; Altura: 750 mm +/- 5 mm; Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730 mm; Espessura do tampo: 25,8 mm +/- 0,6 mm; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.	UND	60	R\$ 555,63	R\$ 33.337,80	R\$5,00
21.	90044	QM	Quadro em metal com feltro para fixação de recados, trabalhos e outros. Altura: 1200 mm +/- 10 mm; Largura: 900 mm +/- 10 mm. Moldura com cantos arredondados em alumínio anodizado fosco; Confeccionado MDF 3mm revestido na parte frontal com card board 6mm; Acabamento em feltro acrílico 2mm; Sistema de fixação invisível permitindo instalação na vertical ou horizontal.	UN	20	R\$ 387,32	R\$ 7.746,40	R\$ 5,00

22.	90039	QC	Quadro em metal para fixação de avisos. Administração, sala dos professores e secretaria. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: Largura: 1500 mm +/- 10 mm; Altura: 900 mm +/- 10 mm; CARACTERÍSTICAS: Moldura com cantos arredondados em alumínio anodizado fosco; Fundo confeccionado em MDF 10mm; Acabamento em chapa de aço branca magnética; Sistema de fixação invisível permitindo instalação na vertical ou horizontal.	UN	20	R\$ 304,56	R\$ 6.091,20	R\$ 5,00
23.	90144	TA1	Tatame em placas intertravadas de E.V.A. (etileno-acetato de vinil) com bordas de acabamento Tamanho das placas: 1000 mm x 1000 mm +/- 10 mm; Espessura: 20 mm +/- 10 mm. CARACTERÍSTICAS Placas de tatame intertravadas e bordas de acabamento, confeccionadas em E.V.A. (100%), atóxicas, com superfície texturizada, siliconizada, antiderrapante e lavável; Densidade entre 150 e 180 gramas por centímetro cúbico; Cada peça deve ser fornecida em conjunto com uma borda de acabamento. Os encaixes devem proporcionar a junção perfeita das peças; As arestas de bordas e placas devem ser uniformes, com corte preciso a 90º em relação ao plano da superfície, isentas de rebarbas e falhas.	KIT	60	R\$ 81,51	R\$ 4.890,60	R\$ 0,50
TOTAL							718.770,90	

Observação: Caso haja divergência entre as especificações contidas neste anexo e as que constam no CATMAT – Código do Material do Sistema Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerão aquelas indicadas no Termo de Referência.

1.2.1. Especificações mais detalhadas encontram-se em anexo nos Manuais de Orientações Técnicas do FNDE.

1.2.2. Em atendimento ao disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, e às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, a presente contratação observará o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos seguintes termos:

I – Os itens nº 10 e 14 terão cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) de seus quantitativos destinada exclusivamente à participação de ME, EPP e MEI, mantidas as mesmas especificações técnicas e condições de fornecimento estabelecidas para o item principal;

II – Os demais itens do certame serão de participação exclusiva de ME, EPP e MEI, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006;

III – A adoção das cotas e da exclusividade visa promover o desenvolvimento econômico local e regional, ampliar a competitividade, incentivar a participação de pequenos fornecedores e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade e da eficiência da contratação.

1.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

1.3.1. Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.3.2. O(s) objeto(s) dessa licitação não se enquadra(m) como bem(ns) de luxo.

1.4. Do prazo de vigência da contratação

a) O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de mobiliário escolar padrão Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinado às unidades escolares da rede municipal de ensino, visando suprir a necessidade de reposição, complementação e adequação do mobiliário existente.

A necessidade foi identificada a partir de levantamento realizado junto às diretoras das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), mediante relatórios formais que apontaram:

- Existência de mobiliário danificado e inservível;
- Insuficiência de conjuntos aluno em razão do aumento de matrículas;
- Necessidade de substituição de móveis fora do padrão ergonômico exigido pelo FNDE;
- Implantação/ampliação de turmas no exercício vigente;
- Atendimento a alunos com deficiência, quando aplicável (mesas acessíveis).

A estimativa quantitativa foi apurada com base em fatos concretos, tais como:

- Número atual de matrículas na rede municipal;
- Consumo e aquisições realizadas no exercício anterior;
- Relatórios de patrimônio apontando bens irrecuperáveis;
- Projeção de crescimento da demanda escolar;
- Necessidade de padronização conforme especificações técnicas FNDE.

O quantitativo previsto no Estudo Técnico Preliminar corresponde à real demanda da rede municipal, evitando tanto a aquisição insuficiente quanto a aquisição excessiva, atendendo ao disposto no art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

A escolha por mobiliário padrão FNDE justifica-se pela:

- Observância às normas técnicas de ergonomia e segurança;
- Padronização nacional;
- Facilidade de reposição futura;
- Compatibilidade com programas federais;
- Garantia de qualidade e durabilidade.

A justificativa ora apresentada é formulada pelo setor requisitante, Secretaria Municipal de Educação, com base em levantamento técnico e documental.

2. A FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por objetivo:

- Garantir condições adequadas de uso, segurança e ergonomia aos alunos e professores;
- Assegurar ambiente escolar compatível com padrões de qualidade exigidos pelo FNDE;
- Substituir mobiliário danificado ou fora das especificações técnicas;
- Atender ao aumento da demanda decorrente de novas matrículas;

- Padronizar o mobiliário da rede municipal de ensino;
- Contribuir para a melhoria das condições pedagógicas e do ambiente educacional.

A aquisição visa atender integralmente às necessidades das unidades escolares, promovendo qualidade no ensino e adequação da infraestrutura escolar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. SUSTENTABILIDADE

A contratação deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Lei nº 12.305 e com os princípios previstos na Lei nº 14.133.

4.1.1. Critérios Ambientais Aplicáveis ao Objeto

A contratada deverá:

- a) Utilizar madeira de origem legal, quando aplicável, com comprovação de procedência regular;
- b) Empregar materiais recicláveis ou reciclados, sempre que tecnicamente viável;
- c) Utilizar tintas, vernizes e revestimentos com baixa emissão de compostos voláteis e atóxicos;
- d) Adotar processos produtivos que reduzam desperdícios e consumo excessivo de recursos naturais;
- e) Garantir que componentes metálicos sejam passíveis de reciclagem ao final da vida útil.

4.1.2. Logística Reversa (Obrigatória)

Nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a contratada deverá:

- a) Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e resíduos gerados no fornecimento, no limite da proporção que fornecer ao Município, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;

- b) Responsabilizar-se pelo recolhimento de embalagens e resíduos decorrentes da entrega, promovendo descarte ambientalmente correto;
- c) Quando solicitado, recolher mobiliário substituído que venha a ser descartado, mediante acordo formal, promovendo destinação ambientalmente adequada.

4.1.3 Declaração Obrigatória

A empresa vencedora deverá apresentar:

Declaração formal de atendimento às exigências de sustentabilidade e de responsabilização pela logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, no limite da proporção que fornecer ao Município, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

A não apresentação da declaração poderá ensejar impedimento para assinatura do contrato.

4.2. Obrigações Ambientais da Contratada

Constituem obrigações ambientais da contratada:

- Responder por danos ambientais decorrentes de sua atividade;
- Cumprir integralmente a legislação ambiental vigente;
- Garantir que seus fornecedores também observem critérios de sustentabilidade;
- Manter regularidade perante órgãos ambientais, quando aplicável.

4.3 Justificativa da Inclusão dos Critérios de Sustentabilidade

A inclusão de critérios de sustentabilidade na presente contratação visa:

- Reduzir impactos ambientais;
- Promover o uso racional de recursos naturais;
- Garantir destinação adequada de resíduos;
- Atender aos princípios da eficiência e do desenvolvimento sustentável;
- Adequar a contratação às boas práticas de governança pública.

4.2. AMOSTRAS

Não será exigida a apresentação de amostras físicas dos itens licitados.

Contudo, a empresa licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta comercial, catálogo, ficha técnica ou documento equivalente que contenha especificações detalhadas dos produtos ofertados, permitindo a verificação de conformidade com as exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

O material apresentado deverá conter, no mínimo:

- Descrição técnica completa do item;
- Dimensões e características construtivas;
- Materiais empregados na fabricação;
- Identificação do fabricante;
- Indicação de atendimento ao padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, quando aplicável.

A não apresentação do catálogo ou a apresentação de documentação insuficiente para comprovação da conformidade poderá ensejar a desclassificação da proposta.

Para fins de habilitação técnica e verificação da conformidade das propostas apresentadas na licitação, será exigida a apresentação de catálogos, fichas técnicas, manuais ou documentos equivalentes que comprovem que o mobiliário ofertado atende integralmente aos padrões estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A análise dos catálogos será realizada pela equipe técnica designada, observando-se especialmente:

1. Conformidade com os padrões técnicos do FNDE, conforme especificações constantes nos Cadernos Técnicos e no Catálogo de Mobiliário Escolar do FNDE, incluindo:
 - Dimensões padronizadas por faixa etária (conjunto aluno CJA);
 - Materiais especificados (estrutura metálica, tampo em MDF/MDP, polipropileno, entre outros);
 - Espessuras mínimas e acabamentos;
 - Tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática;
 - Bordas arredondadas e requisitos de segurança.

2. Atendimento às normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas a mobiliário escolar, resistência estrutural, estabilidade e segurança de uso.
3. Certificação compulsória do INMETRO, quando exigida para o tipo de mobiliário ofertado, devendo constar no catálogo ou em documentação complementar a identificação do selo e do organismo certificador.
4. Identificação clara do produto, contendo marca, modelo, fabricante e código correspondente ao padrão FNDE, permitindo a rastreabilidade e verificação posterior no momento do recebimento.
5. Compatibilidade entre a proposta comercial e o material técnico apresentado, não sendo admitidas divergências entre descrição, modelo e especificação.

A análise dos catálogos tem por finalidade assegurar que os produtos ofertados correspondam efetivamente ao padrão FNDE, garantindo:

- Padronização do mobiliário nas unidades escolares;
- Segurança e ergonomia adequadas aos estudantes;
- Durabilidade e resistência compatíveis com o uso contínuo em ambiente escolar;
- Conformidade com exigências legais e regulamentares.

A não apresentação dos catálogos ou a apresentação de documentação que não comprove o atendimento integral às especificações técnicas poderá ensejar diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e, não sendo sanada a inconsistência, a desclassificação da proposta.

Ressalta-se que a análise documental não afasta a possibilidade de exigência de amostras, laudos técnicos ou comprovação de certificação válida no momento da assinatura do contrato ou do recebimento dos bens

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO

5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- a) O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão do empenho em remessa parcelada, no endereço conforme nota de empenho.
- b) Os bens deverão ser entregues conforme endereço na nota de empenho
- c) Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5) cinco dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- d) não se aplica.
- e) A Contratada deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no(s) endereço(s) indicado neste Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante.

5.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.2.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.2.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze dias) dias úteis, contados

a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.2.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.2.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio, independente e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.3.1. São obrigações da Contratada:

- I. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
- II. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);

- III. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- IV. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- V. indicar preposto para representa-lo durante a execução da ata, e também manter comunicação com a Administração para gestão da ata;
- VI. manter durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VII. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata;
- VIII. arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando: houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração, retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento; interrupção da execução da ata ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração ou ainda aumento das quantidades inicialmente previstas da ata, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133, de 2021.

5.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.4.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. DA FISCALIZAÇÃO

6.6.1. O fiscal da ata de registro de preços será Andrea Márcia Vilaqua, conforme portaria de nomeação.

6.6.2. O fiscal terá as seguintes atribuições:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - Demais funções previstas na regulamentação municipal.

6.7. GESTOR DA CONTRATAÇÃO

6.7.1. O gestor da ata de registro de preços será Evani Cordeiro Justus, conforme portaria de nomeação.

6.6.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I** - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II** - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III** - Demais funções previstas na regulamentação municipal.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. DO RECEBIMENTO

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, nos termos do Decreto Regulamentador.

7.1.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

7.2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Guaratuba, CNPJ nº 76.017.474/0001-08, Endereço Rua Doutor João Cândido, nº 380, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

7.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

7.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

7.2.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

7.2.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

7.3. FORMA DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

7.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IPCA (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

7.3.3. A **Contratante** realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 58 da Constituição Federal de 1988.

7.3.4. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

7.3.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

7.3.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

8.1.2. O modo de disputa será aberto.

8.1.3. O prazo mínimo de validade da proposta 60 (sessenta) dias.

8.2. FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será parcelado.

8.3. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

8.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital e estão em anexo a este TR.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO

9.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$718.770,90 (setecentos e dezoito mil setecentos e setenta reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2 acima.

9.2. DA REVISÃO

9.2.1. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser revisados e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*
- II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*
- III. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*
- IV. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

9.2.2. A revisão e a alteração dos preços dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os publicamente no site oficial.

9.3. DO REAJUSTE

9.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

9.3.2. Após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado na forma da legislação aplicável, os preços contratados serão reajustados, mediante solicitação do contratado, com aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.3.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.3.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.3.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.3.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

303 06.001.12.004.0006.2016.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - F - 102 - F - 104

346 06.002.12.361.0006.2012.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - F - 102 - F - 104

378 06.002.12.365.0006.2017.4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - F - 102 - F - 104

11. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Guaratuba, 22 de abril de 2026.

Assinado por:
Adriel Moreira
07/05/2026 - 08:45
49KQZFLKRGMSNUE0MARGQ

Adriel Herrero Moreira
Técnico Administrativo – 19921
Agente Demandante - 15963



MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.

Contato: (41) 3472-8624

Assinado por:

Evani Justus

07/05/2026 - 13:32

CWV2I607S8IGRDMFH88UMG

Evani Cordeiro Justus
Secretária Municipal da Educação
Decreto n.º 26.469/2025

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

a) HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a.1)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- a.2)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e com selo da Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

b) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- b.1)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b.2)** Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS);
- b.3)** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- b.4)** Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- b.5)** Certidão negativa de débitos trabalhistas conforme Lei Federal nº 12.440/11;
- b.6)** Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Demais documentos pertinentes à execução do objeto.

c) DECLARAÇÕES

MODELOS EM ANEXO

d) PROPOSTA COMERCIAL

Modelo anexo

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE MENOR DE IDADE

A Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. _____._____/____-____, inscrição estadual nº. _____-____, com sede na Rua _____, nº. __, bairro _____, CEP _____.____-____, na cidade de _____, neste ato representada por seu _____, brasileiro, (casado), (empresário), portador da cédula de identidade RG nº. _____._____/____, inscrito no CPF sob o nº. _____.____-____, residente na Rua _____, nº. __, bairro _____, CEP _____.____-____, na cidade de _____-____, declara que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não tendo em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Outrossim, expressa ter ciência de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência do contrato acarretará em rescisão do mesmo. Por fim, declara que presta as presentes declarações na forma e sob as penas da Lei.

(LOCAL E DATA)

RAZÃO SOCIAL

Nome do representante legal

Representante legal

**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO
ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante].

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro e art. 90 da Lei 8.666/93, se comprometem a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA**;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extra patrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA**, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA**;

4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;
6. Apoiar e colaborar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;
8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;
9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]



MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.

Contato: (41) 3472-8624

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR
PÚBLICO,
EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA**

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, que não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de nossa inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

(Local)....., de (Ano).

Assinatura identificada, com nome CPF – RG, cargo na empresa e carimbo da proponente.

Modelo de proposta comercial

(Uso obrigatório)

A empresa, estabelecida
na, inscrita no CNPJ sob
nº., propõe fornecer ao Município de Guaratuba, em estrito
cumprimento ao processo em epígrafe, como segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL
Valor Total						R\$

O valor total desta proposta é de R\$ (xxx)

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.

Estão inclusos no preço da proposta todos os custos e despesas, tais como: custos
diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços,
encargos sociais, trabalhistas, seguros, embalagens, lucro.

Declaramos que a empresa terá a disponibilidade, de fornecer o material no prazo
previsto neste termo; sob as penas do art. 299 do Código Penal.

Informamos que na assinatura de eventuais contratos nossa empresa será
representada por _____ (qualificação completa, CPF, RG, endereço, telefone
e e-mail).

(Local)....., de (Ano).

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

R.G. :

Cargo:



MUNICÍPIO DE GUARATUBA – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Rua Vieira dos Santos, 198 – Centro. CEP: 83.280-000 Guaratuba – Paraná.

Contato: (41) 3472-8624

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO**

À Prefeitura Municipal Guaratuba

REF.

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, a empresa indicação da razão social , CNPJ Nº, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o XXXXX, da presente licitação que tem por objeto, XXXXXX, conforme descrição constante no ANEXO I – Termo de Referência

-

Guaratuba, __ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal